



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO
ESTADO DE MATO GROSSO

www.camposdejulio.mt.gov.br

Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente

LICENÇA DE INSTALAÇÃO



LI Nº: 026/2022	VÁLIDA ATÉ: 13/09/2025
PROCESSO Nº: 3452/2022	DATA DO PROTOCOLO: 27/06/2022

A Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 040, de 12 de fevereiro de 2021, vem através deste:

Autorizar a Instalação do Empreendimento: **Prefeitura Municipal de Campos de Júlio**, para atividade de **Pavimentação Asfáltica – MICRO REVESTIMENTO**, ficando obrigada a cumprir integralmente o que dispõe o Código Ambiental Municipal (Lei Complementar Nº 005 de 25 de junho de 2014, a Lei de Ocupação e Uso do Solo (Lei Nº 788 de 22 de fevereiro de 2017) e seus Regulamentos, bem como as demais leis em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

LOCALIZAÇÃO: Av. Valdir Masutti, nº 779W, Bairro Bom Jardim, Zona Urbana. Coordenadas Geográficas: DATUM SIRGAS 2000: 59°43'37.80" O - 13°43'17.09" S	Município: Campos de Júlio – MT CEP: 78.319-000
--	--

Nome / Razão Social: Prefeitura Municipal de Campos de Júlio / Município de Campos de Júlio **CNPJ:** 01.614.516/0001-99

LOCAL E DATA Campos de Júlio – MT 13/09/2022	 Secretário Municipal de Agricultura Pecuária e Meio Ambiente Edmilson Júnior de Oliveira	 Vagner Daniel Pinto Engenheiro Ambiental Portaria 179/2017 de 28/03/2017 Matric. 1603 Analista Ambiental Vagner Daniel Pinto
---	--	--

Obs: Essa Licença Ambiental deve ser afixada em local de fácil acesso e visualização



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

www.camposdejulio.mt.gov.br

Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente

LICENÇA PRÉVIA



LP Nº: 026/2022	VÁLIDA ATÉ: 13/09/2024
PROCESSO Nº: 3452/2022	DATA DO PROTOCOLO: 27/06/2022

A Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 040, de 12 de fevereiro de 2021, vem através deste:

Aprovar a localização e Concepção, bem como, atestar a Viabilidade Ambiental do empreendimento: **Prefeitura Municipal de Campos de Júlio**, para atividade de **Pavimentação Asfáltica – MICRO REVESTIMENTO**, ficando obrigada a cumprir integralmente o que dispõe o Código Ambiental Municipal (Lei Complementar Nº 005 de 25 de junho de 2014, a Lei de Ocupação e Uso do Solo (Lei Nº 788 de 22 de fevereiro de 2017) e seus Regulamentos, bem como as demais leis em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização nas próximas fases de sua implementação.

LOCALIZAÇÃO: Av. Valdir Masutti, nº 779W, Bairro Bom Jardim, Zona Urbana. Coordenadas Geográficas: DATUM SIRGAS 2000: 59°43'37.80" O - 13°43'17.09" S	Município: Campos de Júlio – MT CEP: 78.319-000
--	--

Nome / Razão Social: Prefeitura Municipal de Campos de Júlio / Município de Campos de Júlio **CNPJ:** 01.614.516/0001-99

LOCAL E DATA Campos de Júlio – MT 13/09/2022	 Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente Edmilson Júnior de Oliveira	 Vagner Daniel Pinto Engenheiro Ambiental Portaria 179/2017 de 28/03/2017 Matric. 1603 Analista Ambiental Vagner Daniel Pinto
---	---	--

Obs.: Essa Licença Ambiental deve ser afixada em local de fácil acesso e visualização



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

www.camposdejulio.mt.gov.br

PARECER TÉCNICO

Análise de requerimento de Licenças Prévia e Instalação (LP e LI) para pavimentação urbana
MICRO REVERSTIMENTO.

Licença Nº: 026/2022

Processo Nº: 3452/2022

Data do protocolo: 27/06/2022

INFORMAÇÕES GERAIS DO PROCESSO

Interessado:

- Nome / Razão social: Município de Campos de Júlio
- CPF / CNPJ: 01.614.516/0001-99
- Endereço: Av. Valdir Masutti, nº 779W, Bairro Bom Jardim
- Município: Campos de Júlio – MT

Propriedade / Obra ou Empreendimento:

- Denominação: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA – MICRO REVESTIMENTO
- Localização: Zona Urbana do Município
- Município: Campos de Júlio – MT
- Coordenada geográfica: DATUM SIRGAS 2000: 59°43'37.80" O - 13°43'17.09" S

Responsável Técnico:

- Nome razão social: Pablo Octavio de Figueredo Pinho
- Formação: Engenheiro Ambiental
- Atividades licenciadas: pavimentação urbana - MICRO REVERSTIMENTO.

ANÁLISE TÉCNICA

1 Projeto Proposto

Trata-se análise do processo de licenciamento ambiental, protocolado na SMAPMA sob nº 3452/2022, datado de 27/06/2022, tendo em vista o requerimento de solicitação de Licença Prévia (LP) e Licença de Instalação (LI), para Implantação de Pavimentação Asfáltica – MICRO REVESTIMENTO, nas seguintes ruas, da zona urbana do município de Campos de Júlio: Avenida Valdir Massutti, Avenida Zelino Agostinho Lorenzetti, Avenida Adelino José Zamo, Avenida Brasília, Rua Eolar Antônio Shoms, Rua Francisco Marasca, Rua Volmir Tabora Câmara, Rua Danilo Antônio Gelatti, Rua Mal. Candido Rondon, Avenida Júlio Campos, Rua Santa Catarina, Rua Curitiba, Rua Porto Alegre, Rua Florianópolis, Rua Amazonas, Rua G (Constantino Giongo) Rua I (Noé Masques), Rua J – Jardim das Palmeiras,

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT

Av. Valdir Masutti, Nº 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800



Rua L (Jardim das Palmeiras), Rua C - Jardim das Palmeiras, Rua Armando Maron, Rua Mathias Fuhr, Rua André Maggi, Rua Rondônia,, Rua Marcos André Zanella, Rua Edeimar Vian, Rua Amadeu Perinazzo, Rua Paraná, Rua Maximiliano Klahold, Rua Zilda Ferreira de Souza, Rua Cuiabá, Rua Campo Grande, Rua Boa Vista, Rua Porto Velho, Rua Macapá, Rua Nico Baracat, Rua Fortaleza, Rua Palmas, Rua Goiânia, Rua Mato Grosso, Rua Manaus, Rua Belo Horizonte, Rua Belém, Rua Maceió, Rua Rio Branco, Rua Ceará, Rua São Paulo, Rua Aracaju, Rua Rio de Janeiro, Rua Goiás, Rua Mato Grosso do Sul, Rua das Chácaras, Rua N – Sol Nascente, Rua O – Sol Nascente, Rua P – Sol Nascente, Rua Q – Sol Nascente, Rua das Bromélias, Rua dos Ipês, Rua dos Lírios, Rua das Orquídeas, Rua dios Girassois e Rua Rio Grande do Sul.

O referido processo de licenciamento ambiental tem como interessado a Prefeitura Municipal de Campos de Júlio e como Técnico Responsável o Engenheiro Ambiental Pablo Octavio de Figueredo Pinho.

2 Histórico do Processo

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio através de seu representante legal, Sr. Irineu Marcos Parmeggiani, CPF nº 462.055.780-34 requereu junto a SMAPMA, através do Requerimento Padrão protocolado sob nº 3452/2022, datado de 27/06/2022, Licença Prévia (LP) e Licença de Instalação (LI) para as obras de Pavimentação Asfáltica Pavimentação Asfáltica – MICRO REVESTIMENTO.

Em 08/09/2022 foi realizada vistoria “*in loco*”

Em 13/09/2022 foram emitidas as licenças Prévia e Instalação para Obra de Pavimentação asfáltica – MICRO REVESTIMENTO.

3 Conferência Documental

Os documentos apresentados pelo interessado foram conferidos quanto a sua forma e atendimento aos termos de referências, sendo responsabilidade da querente e do Responsável Técnico a autenticidade dos mesmos.

Foram apresentados os documentos a destacar:

- Requerimento padrão;
- Publicação do requerimento de LP e LI no Jornal Oficial;
- ART 1220220120457do Engenheiro Ambiental Pablo Octavio de Figueredo Pinho, responsável técnico pelo licenciamento ambiental;
- Plano de Controle Ambiental - PCA;
- Plano de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil - PGRCC



- Projeto básico de sinalização viária;
- Projeto Civil da Obra de Micro revestimento;
- RRT 12090056 da Arquiteta e Urbanista Cintya Vieira Souto
- ART 1220220108773 do Engenheiro Civil Luiz Carlos Correia de Oliveira
- Cópia de documentos pessoais do Sr. Irineu Marcos Parmeggiani;
- Cópia do Diploma de prefeito municipal;
- Cópia da ATA de Posse do Prefeito de Campos de Júlio;
- Declaração de uso e ocupação do solo emitido pela prefeitura municipal;
- E outros.

4 Localização Georreferenciada

As áreas do objeto do projeto ambiental localizam-se na Zona Urbana do Município de Campos de Júlio, nas ruas nas ruas: Avenida Valdir Massutti, Avenida Zelino Agostinho Lorenzetti, Avenida Adelino José Zamo, Avenida Brasília, Rua Eolar Antônio Shoms, Rua Francisco Marasca, Rua Volmir Taborda Câmara, Rua Danilo Antônio Gelatti, Rua Mal. Candido Rondon, Avenida Júlio Campos, Rua Santa Catarina, Rua Curitiba, Rua Porto Alegre, Rua Florianópolis, Rua Amazonas, Rua G (Constantino Giongo) Rua I (Noé Masques), Rua J – Jardim das Palmeiras, Rua L (Jardim das Palmeiras), Rua C - Jardim das Palmeiras, Rua Armando Maron, Rua Mathias Fuhr, Rua André Maggi, Rua Rondônia,, Rua Marcos André Zanella, Rua Edemar Vian, Rua Amadeu Perinazzo, Rua Paraná, Rua Maximiliano Klahold, Rua Zilda Ferreira de Souza, Rua Cuiabá, Rua Campo Grande, Rua Boa Vista, Rua Porto Velho, Rua Macapá, Rua Nico Baracat, Rua Fortaleza, Rua Palmas, Rua Goiânia, Rua Mato Grosso, Rua Manaus, Rua Belo Horizonte, Rua Belém, Rua Maceió, Rua Rio Branco, Rua Ceará, Rua São Paulo, Rua Aracaju, Rua Rio de Janeiro, Rua Goiás, Rua Mato Grosso do Sul, Rua das Chácaras, Rua N – Sol Nascente, Rua O – Sol Nascente, Rua P – Sol Nascente, Rua Q – Sol Nascente, Rua das Bromélias, Rua dos Ipês, Rua dos Lírios, Rua das Orquídeas, Rua dos Girassois e Rua Rio Grande do Sul. Como ponto de referência, utilizou-se as coordenadas geográficas Latitude 13°43'17.09" Sul e Longitude 59°43'37.80" Oeste.

5 Concepção do Projeto

Trata-se de requerimento de licença Prévia (LP) e de Instalação (LI), para obras de Pavimentação Asfáltica Micro Revestimento

6 Análise Técnica da Licença

6.1 Avaliação do Requerimento da Licença Prévia e Instalação



Relata-se no protocolo 3452/2022 que o projeto de micro revestimento asfáltico consiste em 3.697.610,980 m².

Conforme descrito no PCA, os estudos ambientais mostram que a obra provocará impactos ambientais positivos de caráter local e regional, induzidos pelo estímulo às atividades sociais e econômicas. Porém, esse empreendimento não exclui a incidência de impactos negativos entre os quais alguns podem ser evitados ou minimizados e, ainda outros, apresentam caráter irreversível. Alguns impactos negativos sobre o meio físico e biológico foram traduzidos por: aumento do potencial erosivo; emissão de gases e material particulado; poluição do solo; poluição das águas; degradação das áreas ocupadas pelas instalações e canteiros da obra, após o seu término; degradação de áreas exploradas; incêndios; deterioração paisagística.

O Responsável Técnico, descreve no Projeto Ambiental que as obras de pavimentação da via urbana demandarão de mão de obra, aumentando a taxa de emprego e renda na região, ocasionando um efeito positivo mais de duração temporária. Para medida mitigadora a prioridade de contratação de serviços para mão de obra será para população local. Este impacto positivo, de duração permanente, acontecerá devido à melhor condição de trânsito e maior segurança. Deverá ser reduzido o consumo de combustível e o custo de manutenção de veículos.

- POLUIÇÃO DO SOLO

A poluição do solo é decorrente da instalação de acampamentos sem a tomada dos devidos cuidados, como armazenamento e coleta de lixo adequada, normas de higiene e saneamento por falta de destinação final de resíduos, despejos de graxas e óleos das oficinas diretamente sobre o terreno e vazamento de combustíveis e lubrificantes. O solo também pode ser poluído pelo derramamento de materiais pelo transporte em quantidade excessiva. Todos os resíduos de lubrificantes ou combustíveis utilizados pelos equipamentos, seja na manutenção ou operação dos equipamentos, devem ser recolhidos em recipiente adequado e dado a destinação apropriada;

- Medidas Mitigatórias:

- Destinação final adequada para os resíduos,
- Evitar o transporte excessivo de materiais;
- Quando for necessária a manutenção de equipamentos em campo, devem ser instalados dispositivos para proteção do solo, tais como bandejas e/ou mantas absorventes;
- Os veículos e equipamentos que apresentarem problemas persistentes de vazamento devem ser retirados da frente de obra para manutenção ou ser substituído por equipamento em boas condições;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

www.camposdejulio.mt.gov.br

- Os equipamentos fixos que utilizam combustíveis (geradores, compressores, outros) deverão estar dispostos sobre caixas de areia ou outros dispositivos para a contenção de possíveis vazamentos;
- O uso de produto químico considerado perigoso deve ser cuidadoso, tomando-se todas as precauções de segurança, especialmente a utilização de EPIs, e evitando a contaminação do solo e dos recursos hídricos;
- Constatada a existência de solo contaminado por efluentes devem ser adotadas as seguintes providências: eliminação da fonte de contaminação, raspagem do solo contaminado e recolhimento do material;
- Nas frentes de obra deve permanecer apenas uma quantidade razoável
- De combustíveis e lubrificantes, para uso imediato;
- Os óleos e graxas residuais devem ser acondicionados em recipientes adequados e resistentes a vazamentos para posterior encaminhamento a empresas especializadas na reciclagem desse tipo de produto, conforme Resolução CONAMA 009/93.
- Quanto ao armazenamento de produtos perigosos depósitos devem permanecer em local protegido e sobre área impermeável com dique para proteção contra vazamentos, cobertura e sinalização;
- Evitar a permanência de máquinas, veículos e equipamentos em áreas próximas a corpos d'água, de forma a prevenir a contaminação de recursos hídricos;
- Evitar a realização de serviços de imprimação durante períodos de chuva ou mesmo, em momentos que antecedem episódios de chuvas;
- Proibir terminantemente e de forma clara a todos os envolvidos nas obras, a disposição de resíduos sólidos ou efluentes líquidos de qualquer origem nos corpos d'água ou próximo deles.

- INCÊNDIOS

Os incêndios podem ser causados acidentalmente pelos operários da obra e pelos moradores de entorno, pela queima dos resíduos sólidos, pela queima da vegetação e de restos das operações de desmatamento e limpeza, e pelo descarte de “bituca” de cigarros acesos.

-Medidas Mitigatórias:

Para que os incêndios não ocorram, campanhas educativas e elucidativas devem ser apresentadas aos operários da obra e aos moradores da região, apresentando os riscos que algumas atitudes podem causar, demonstrando algum preparo técnico para caso venha acontecer algum incidente.



- AUMENTO DE ACIDENTES

A movimentação de máquinas e veículos pesados durante a fase de construção aumentará o risco de acidentes com pessoas e veículos que transitam normalmente nestes trechos.

- Medidas Mitigatórias:

- Devem ser tomadas como medidas a implantação de sinalizações de Vias em Obras e Homens Trabalhando, e atender normas e recomendações de projeto e segurança reconhecidos.

- Plano de Monitoramento:

- Realizar programas de prevenção de acidentes, minimizando os riscos inerentes a obras desta natureza no que diz respeito ao tráfego de veículos e oferecer segurança aos pedestres, bem como controlar a velocidade de veículos e equipamentos da obra.

- DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Durante a fase de implantação das obras, os resíduos gerados, de qualquer natureza deverão ser efetivamente triados, acondicionados, armazenados, coletados e dispostos adequadamente. Para isto o empreendedor responsabilizará a empreiteira por esta atividade. Neste sentido o Plano de Gerenciamento de Resíduos deverá contemplar todas as fases e tipos de resíduos a serem gerados, considerando as seguintes atividades e procedimentos.

Os resíduos deverão ser separados por classes sendo reutilizados quando possível. Ao aplicar estas práticas às principais fontes geradoras de resíduos durante as obras, ou seja, nos canteiros de obras e frentes de serviços, onde serão produzidos detritos de variadas naturezas e classes, principalmente lixo doméstico, lixo de escritório, sucata, óleos e graxas e restos da construção civil, material escavado dentre outros, busca-se evitar riscos ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e da população em geral.

O manuseio correto dos resíduos a serem gerados permitirá a minimização, evitando assim danos à saúde, à segurança dos funcionários e ao meio ambiente. A Resolução CONAMA nº. 307, instrui como manusear corretamente os resíduos da construção civil. Na execução das obras a equipe da fiscalização deverá acompanhar o desenvolvimento das medidas de proteção às pessoas e ao meio ambiente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

www.camposdejulio.mt.gov.br

Quadro 02: Detalhamento do Plano de Controle Ambiental

ETAPAS A SEREM EXECUTADAS/CONTROLE DE MEDIDAS	PERÍODO DA EXECUÇÃO
Desviar fluxos para evitar grandes volumes de escoamento;	Durante a execução dos drenos
Amenizar o impacto ambiental causado pela execução da obra como um todo;	Início: No início da execução até o término da obra.
Revegetação das áreas para evitar surgimento de processos erosivos ao longo da obra e na sua jusante;	Durante a execução das canaletas
Proteção dos taludes das pistas executadas.	Na execução dos meios-fios

Foi apresentado o seguinte plano de monitoramento ambiental:

Quadro 03: Programas de acompanhamento e monitoramento dos impactos:

Impacto	Medidas Mitigadoras	Planos de Monitoramento
Emissão de gases e material particulado	Utilização de filtros de poeiras.	Umedecer os caminhos de serviço, uma vez ao dia; manter e monitorar regularmente os motores de equipamentos, máquinas e veículos.
Poluição do solo	Destinação final adequada para os resíduos, evitar o transporte excessivo de materiais.	Controlar a velocidade dos veículos de transporte;
Poluição das águas	Filtragem e recuperação de óleos e graxas; Estabelecimento de rotinas para coleta de lixo e de restos de vegetação.	Estabelecimentos e monitoramento de normas de procedimento para coleta de resíduos, controle da manutenção dos veículos.
Incêndios	Para que os incêndios não ocorram, campanhas educativas e elucidativas devem ser apresentadas aos operários da obra e aos moradores da região, apresentando os riscos que algumas atitudes podem causar, demonstrando algum preparo técnico para caso venha acontecer algum incidente.	Vistoria diária
Deterioração paisagística	Para minimizar este impacto, plantios e recomposições da flora local devem acontecer (se houver desmate), bem como a realização de coleta de resíduos. A educação dos operários também pode ser realizada a longo prazo, para uma conscientização dos problemas causados pelos resíduos dispostos em locais inadequados.	Vistoria semanal
Aumento de acidentes	Devem ser tomadas como medidas a implantação de sinalizações de Vias em Obras e Homens Trabalhando, e atender normas e recomendações de projeto e segurança reconhecidos.	Orientações diárias; controlar a velocidade de veículos e equipamentos da obra.
Aumento de emprego	Para medida mitigadora a prioridade de contratação de serviços para mão de obra será para população local.	

7 Conclusão

Diante do exposto, após vistoria in loco, da análise das informações prestadas no processo 3452/2022 sob responsabilidade do Engenheiro Ambiental Pablo Octavio de Figueredo Pinho, opinamos pelo deferimento da emissão das Licenças Prévia (LP) e de Instalação (LI), para obras de pavimentação asfáltica MICRO REVERSTIMENTO, em ruas

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT

Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800



da Zona Urbana do município de Campos de Júlio. Informamos que o empreendedor deverá atender as condicionantes contidas no item oito (08) do presente Parecer Técnico.

Salientamos que a Licença não dispensa e nem substitui Alvarás ou Certidões de qualquer natureza exigida pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

O não atendimento às condicionantes deste parecer e outras normas ambientais, pode acarretar punições previstas na Lei Complementar no. 38 de 21/11/95, com alterações da Lei Complementar no. 232 de 21/12/05 bem como a Lei complementar 005/2014. Ressalvamos que poderão ocorrer vistorias técnicas durante a vigência da licença e novas solicitações serem feitas por parte deste órgão.

8 Condicionantes de validade

- ✓ Quaisquer alterações no empreendimento deverão ser precedidas de anuência da SMAPMA/CJ;
- ✓ O empreendedor deverá executar todas as medidas mitigadoras de acordo com o proposto no Plano de Controle Ambiental - PCA;
- ✓ A SMAPMA/CJ, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar a licença, caso ocorra:
 - a) Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
 - b) Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a elaboração deste parecer;
 - c) Graves riscos ambientais e de saúde pública;
- ✓ Todos os insumos e agregados para confecção do pavimento asfáltico e obras de concreto deverão vir de fontes licenciadas;
- ✓ Resíduos Sólidos: Fica terminantemente proibido a queima de resíduos do processo industrial elou doméstico a céu aberto elou incinerador como simples forma de descarte. Não depositar resíduos em locais que possam causar danos ou riscos aos recursos hídricos e ou pessoas. E, atender Lei Estadual nº. 7862/02, de 19 de dezembro de 2002, que instituiu a Política Estadual de Resíduos Sólidos, bem como a Resolução CONAMA no. 313, de 29 de outubro de 2002 - "Dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais";
- ✓ Padrões de Lançamentos de Poluentes Atmosféricos: Não podem ultrapassar os parâmetros estabelecidos na Resolução CONAMA N O. 03, de 28/07/1990 - "Dispõe sobre a Qualidade do Ar, definições e padrões" e CONAMA NO. 382, de 26/12/2006-



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

www.camposdejulio.mt.gov.br

"Estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas";

- ✓ Por se tratar de área urbana, deve-se observar atentamente os níveis de ruídos e horário de funcionamento das obras;
- ✓ Padrões de Lançamento de Efluentes: Os efluentes de qualquer fonte poluidora somente poderão ser lançados direta ou indiretamente nos corpos de água, desde que obedeça a Resolução CONAMA nº. 357/2005 - Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências;
- ✓ Todo entulho descartado da obra deverá ser removido e transportado para áreas adequadas. Bem como, os veículos de transporte de cargas não deverão trafegar sem lona de proteção, que deverão estar sempre em bom estado de conservação, fechando totalmente a carga;
- ✓ Qualquer intervenção em propriedades particulares deverá ser precedida de anuência do proprietário;
- ✓ Caminhos de serviços: no que se refere a medidas mitigadoras devem ser previstas a sinalização informando a interrupção das ruas e o local dos desvios, controle de tráfego por funcionários e aspersão de água no leito sempre que necessário.

Obs.: Qualquer descumprimento às condicionantes implicará no automático cancelamento da licença

ESTE É O MEU PARECER


Wagner Daniel Pinto
Engenheiro Ambiental
Portaria 179/2017 de 28/03/2017
Matric. 1603

Campos de Júlio – MT, 13 de setembro de 2022